DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRÁRIO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47 , DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DO EXMO SR JOÃO DORIA , REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021.

O Senhor Governador enviou a esta Casa o Balanço Geral do Estado e o Relatório sobre as Contas do Exercício Financeiro de 2021.

Comunicado sobre o recebimento das contas, o Tribunal de Contas procedeu à sua análise e encaminhou os resultados a este Poder, resultados estes que constituem os autos do processo TC-005866.989.20-5.

Comunicado sobre o recebimento das contas, o Tribunal de Contas procedeu à sua análise e encaminhou os resultados a este Poder, resultados estes que constituem os autos do processo TC-004345.989.21-4.

No Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi designado relator o Conselheiro **Sidney Estanislau Beraldo**. Apresentado seu relatório e parecer, o Tribunal de Contas concluiu pela aprovação com mais de uma dezena de ressalvas das contas relativas ao exercício de 2021.

E nesta Casa de Leis o processo recebeu o número 4686 / 2022.

No dia 2 de agosto de 2021 foi publicado no Diário Oficial Legislativo o Ofício Nº 1940/2022, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comunicando a aprovação das contas apresentadas pelo Governador.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento aprovou projeto de decreto legislativo N° 47, DE 2022 que aprovou as contas do Senhor Governador do estado de São Paulo.

Para 2021, houve uma explosão de ressalvas e recomendações, que cresceram 86,76%. Para as ressalvas houve um aumento de 200% e para recomendações de 160%.

Tabela 1- Resumo das contas do governador (2013-2021)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 2021/2010	Variação 2021/2010
Recomendações	92	114	53	124	136	114	58	93	242	149	160,22%
Ressalvas		17		3			11	4	12	8	200,00%
Alerta				1						0	
Modulação						5				0	
Determinação						6		39		-39	-100,00%
Total	92	131	53	128	136	125	69	136	254	118	86,76%

Diversos departamentos e assessorias do TCE apontaram diversas ilegalidades que pontuaremos aqui:

A-) O Departamento de Supervisão da Fiscalização I (DSF-I) apontou remanejamentos, transferências e transposições; renúncias de receitas; manutenção e desenvolvimento do ensino; utilização dos recursos do FUNDEB; situação das unidades escolares e planejamento, execução e gerenciamento dos recursos destinados à saúde. Entendeu cabível, ainda, aplicação de multa, ante a reincidência no descumprimento de determinações do Tribunal de Contas

B-) Assessoria Técnico-Jurídica (ATJ) concluiu que as contas não estão em condições de receber parecer favorável, por entender que restaram desatendidos o artigo 255 da Constituição Estadual (ao invés de 30%, apurou-se aplicação de somente 28,20% na manutenção e desenvolvimento do ensino), o artigo 26 da Lei nº 14.113/2020 (ao invés de 70%, apurou-se aplicação de somente 66,33% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício) e o artigo 25 da Lei nº

14.113/2020 (ao invés de 100%, apurou-se aplicação de somente 82,43% dos recursos recebidos do FUNDEB)

C-) ATJ-Jurídica, adstrita à avaliação do controle interno, das renúncias de receitas e do desempenho operacional da gestão governamental, também concluiu pela emissão de parecer desfavorável, sobretudo ante as reiteradas violações às determinações e recomendações da Corte de Contas

D-) Já ATJ-Chefia, considerando que a série de desajustes encontrados nas fiscalizações operacionais demonstra que o Estado não tem sido eficiente e zeloso no planejamento, implantação e monitoramento de políticas públicas essenciais à população, também opinou pela emissão de parecer desfavorável, bem assim propôs, tal como DSF-I, aplicação de multa ao responsável, nos termos do artigo 104, VI, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, ante a reincidência no descumprimento de determinações do Tribunal de Contas

E-) a Secretaria-Diretoria Geral (SDG) observou que, a despeito do superávit de execução orçamentária e do atendimento a alguns dos principais limitadores constitucionais e legais, houve reiteração no descumprimento de determinações há anos efetuadas pelo Tribunal de Contas no que concerne à renúncia de receitas, e que, como agravante, não houve o cumprimento de patamares mínimos de aplicação no ensino, razão pela qual também concluiu pela emissão de parecer prévio desfavorável, encampando as advertências propostas por DCG.

No segundo ano da pandemia, o governo Doria fez em 2021 o segundo superávit orçamentário que alcançou a cifra de 5,9 bilhões sendo que em 2019, este valor foi de R$ 7,7 bilhões. Ou seja, em dois anos de pandemia este valor chegou a 13,6 bilhões.

Essa situação levou a ao crescimento do caixa bruto de R$ 20,18 bilhões ou 53,37% , entre 2021 e 2020 . Desde 2019, o caixa bruto subiu 122% ou 31,88 bilhões. O caixa líquido, representa o caixa menos os pagamentos de obrigações, e este valor chegou a R$ 11,3 bilhões e foi R$ 3,3 bilhões ou -22,6% que o ano anterior.

O valor do caixa líquido caiu, especialmente ao crescimento de restos a pagar, e segundo o relatório da lei de responsabilidade fiscal a diferença entre o valor empenhado e o que foi pago chega a R$ 41 bilhões, sendo de R$ 10,57 bilhões para investimentos e de R$ 4,88 bilhões para inversões financeiras, repasses para empresas estatais fazerem investimentos.

A partir de setembro de 2021, o governo paulista começou a usar a máquina com claros fins eleitorais e os investimentos foram 5,6 bilhões a mais que o previsto e as inversões financeiras R$ 4,5 bilhões.

Outro ponto importante é o aumento das despesas com PPP em R$ 39 milhões acima do previsto, mas em alguns casos não se aplicou o previsto, como no caso da linha 6 que chegou a R$ 183,45 milhões ou 38,6%. Ainda devemos observar que pela primeira vez o passivo das PPP e maior que o ativo em R$ 345 milhões.

Entre 2020 e 2021, o gasto com publicidade subiu 47% ou R$ 104,8 milhões puxado pelo grande crescimento da propaganda institucional de 109% ou R$ 100 milhões. Desta forma, o governo paulista amplia o valor do gasto com publicidade no ano eleitoral, visto que lei estabelece que seja gasto a média entre 2019 a 2021 e este valor se situa em R$ 249 milhões.

Outro ponto importante é o arrocho do funcionalismo público que perdeu mais de 16,3% do poder aquisitivo nos últimos dois anos, medido pelo IPCA.

O Poder executivo registra o menor gasto com pessoal desde 2009 e que chegou a 37,74% da receita corrente líquida. Em 2020, este percentual foi de 45,48%.

Entre 2020 e 2021, a despesa com o funcionalismo caiu R$ 710 milhões ou 0,95% e a receita corrente líquida cresceu 19,28%, que mostra o tamanho do arrocho salarial. O espaço para dar reajuste salarial e chegar até o limite prudencial é de R$ 17,34 bilhões.

O governo arrecadou R$ 27 bilhões acima do previsto e gastou R$ 22 bilhões a mais que o previsto. Por órgão, destaco os cortes na secretaria de

transportes R$ 1,26 bilhão, na segurança pública R$ 1,1 bilhão, administração penitenciária -132 milhões e R$ 25 milhões na Defensoria Pública.

Por unidade orçamentária destaco que não foram realizados os recursos previstos para:

1-) Transportes- Deixou-se de aplicar 974 milhões (16,7%) no Departamento de estradas e rodagem, departamento hidroviário em R$ 105 milhões (31,6%). Os investimentos foram R$ 607 milhões (-14,9%) e o custeio de R$ 285 milhões (-17%). Por ação destacamos os seguintes cortes: estradas vicinais em R$ 678 milhões ou 47%, conservação sinalização segurança rodovias em R4 250 milhões em 31,7%, execução das obras do rodoanel - trecho norte em 979 milhões ou 97,9 %, ampliação e melhorias hidrovia Tiete Paraná R$ 145 milhões ou -76%,

2-) Segurança pública- cortes na polícia militar (-R$ 1,2 bilhão para pessoal), R$ 10 milhões para polícia técnico cientifica e na polícia civil corte de R$ 64,9 bilhões no custeio e R$ 29,7 milhões para pessoal. Por ação destacamos os seguintes cortes: delegacia da mulher 24HS em R$ 11,8 milhões ou 79%, bases comunitárias moveis com R$ 5,35 milhões ou 45,8%, câmeras operacionais portáteis –PM em R$ 67,9 milhões ou -88%, batalhões de ações especiais –BAEPS em R$ 3 milhões ou -45%, construção e reforma de quartéis em R$ 29 milhões ou 39%, centro de operações da polícia militar-Copom em R$ 38,2 milhões ou 79%, inteligência policial em R$ 13,5 milhões ou 6,85%, implantação DEICS em R$ 5 milhões ou 77%, identificação civil e criminal em R$ 19,7 milhões ou 12,7%, formação, capacitação e aperfeiçoamento em R$ 123 milhões em 64% e videomonitoramento policial ostensivo em R$ 1 milhão ou 41%.

3-) Educação- Por ação destacamos os seguintes cortes: atendimento especializado a alunos (APAEs) com corte de R$ 64,5 milhões ou 22,45%, atendimento jovens e adultos na educação básica R$ 1 milhão ou 100%,

cursos idiomas, atividades complementares e escola aberta 40,8 milhões ou 57% e formação dos profissionais da educação em R$17,2 milhões ou -32%.
4-) Saúde- Destaco o corte de R$ 1,1 bilhão para pessoal ou 16%. Já por unidade orçamentária destaco o corte de R$ 11 milhões na superintendência de controle endemias – SUCEN e fundação para o remédio popular Chopin Tavares de Lima-FURP em R$ 76,4 milhões ou 26,4%. O atendimento por OSS na saúde teve a mais que o previsto R$ 498,7 milhões ou 7,6%.- Por ação destacamos os seguintes cortes: atendimento ambulatorial e hospitalar rede estado em R$ 85 milhões ou -1,3%, assistência medica, hospitalar e ambulatorial hospital da USP R$ 202 milhões ou 32%, assistência medica, hospitalar e ambulatorial hospital da UNICAMP R$ 136 milhões ou 24%, controle de doenças transmitidas por vetores (dengue) R$ 10,8 milhões ou 12,9%, rede Lucy Montoro em R$ 14,6 milhões ou 13%, reformas, ampliação e instalações das unidades da saúde –R$ 21,5 milhões ou 10,7%, unidades farmacotécnicas em parceira público privado em R$ 46 milhões ou 100% e construção de novas unidades de saúde em R$ 80,3 milhões ou 100%.
5-) Cultura: cortas na ação para SP escola de teatro em R$ 2 milhões ou 12%, PROAV – programa de investimento do setor em R$ 85 milhões ou -100% e implantação de fabricas de cultura 4.0 em R$ 5,9 milhões ou -37%.
6-) Desenvolvimento Social: destaco o corte de R$ 8,5 milhões ou 4,7% no viva leite, promoção saída e autonomia população em situação de rua em R$ 3,97 milhões ou 61%, melhoria condições de vida população em situação de vulnerabilidade, especialmente atendimento a primeira infância e a mulheres vítimas de violência doméstica, em R$ 33,8 milhões ou 42,4%, e operacionalização do programa prospera em R$ 64,7 milhões ou -55,7%.
7-) No Iamspe, destacamos corte nos investimentos de 33,2 ou 78% e R$ 31 milhões para pessoal (-7%), já para o custeio houve um incremento de R$ 206 milhões. Em 2020, o governo paulista alocou R$ 440 milhões de

recursos do tesouro para o Iamspe e no ano passado apenas R$ 115 milhões ou seja, uma diferença a menos de R4 325 milhões ou 73,7%. Já ou recursos dos servidores, no mesmo período, cresceu R$ 578 milhões ou 74% devido ao aumento de contribuição feito pelo governo Doria. Destaco os cortes de R$ 35 milhões ou 24% na administração do IAMSPE e de R$ 10,2 milhões ou 1,34% na assistência médico-hospitalar própria – HSPE.

8-) Transportes Metropolitanos- Por ação destacamos os seguintes cortes: concessão da linha 6 – laranja em R$ 208 milhões ou 41%, extensão da linha 13 – Jade em R$ 64 milhões ou 62%, modernização da linha 10 - turquesa da CPTM em R$ 95,8 milhões ou -67% e modernização da linha 12 - safira da CPTM em R$ 13,4 milhões ou -56%.

9-) Meio Ambiente- Por ação destacamos os seguintes cortes: implantação sistema adutora-barragem duas pontes/pedreira em R$ 187 milhões ou 50%, implantação macro drenagem rio baquirivu-guacu em R$ 55 milhões ou 70,8%, preservação e manutenção do rio Tiete em R$ 86,8 milhões ou 46%.

10-) Justiça- Por ação destacamos os seguintes cortes: fomento agricultura familiar assentamento quilombos em R$ 2,5 milhões ou 65%, proteção de vitima testemunha ameaçada –PROVITA em R$ 5,9 milhões ou 63%, proteção crianças adolescente ameaçados de morte em R$ 3,75 milhões ou 60%, construção, reforma fóruns em R$ 5,4 milhões ou 41% e atenção educação adolescente medica sócio educativa cautelar em R$ 14,4 milhões ou -9%.

11-) Ciência e desenvolvimento econômico- Por ação destacamos os seguintes cortes: adequação estrutura física universidades em R$ 46,4 milhões ou 60%, apoio ao empreendedor - EMPREENDA SP em R$ 8,7 milhões ou -99%, desenvolvimento educação profissional técnica R$ 38,2 milhões ou -3%, ensino superior a distância e semipresencial em R$ 14,6 milhões ou -16,4%, intermediação de Mao de obra em R$ 10,5 milhões ou

69,5%, Novotec - qualificação profissional em R$ 9,4 milhões ou -8,4% e programa de qualificação profissional – PQP em R$ 12,9 milhões ou -55%.
12-) Esportes- Por ação destacamos os seguintes cortes: beneficiados com "bolsa talento esportivo" em R$ 2,7 milhões ou 51%, distribuição de kits de academia ao ar livre em R$ 1,46 milhões ou -38% e obras, restauro e ampliação do "Baby Barioni" em R$ 9 milhões ou -45%.
13-) Habitação sem CDHU- Por ação destacamos os seguintes cortes: apoio habitacional e, R$ 11,6 milhões ou -25,8%, subsidio para credito imobiliário em R$ 145 milhões ou 36,6% e urbanização de assentamentos precários em R$ 4,64 milhões ou -100%.
Destacamos que 106 ações orçamentárias tiveram execução zero, e entre elas destaco o PROAV – programa de investimento do setor audiovisual (previsto de R$ 85 milhões), construção de novas unidades de saúde (R$ 80,3 milhões), novotec aprendiz (R$ 1,43 milhões), atendimento jovens e adultos na educação. Básica (R$ 1 milhão) e estudos para a obra ponte Santos Guarujá (R$ 1 milhão).
Em resumo, diante das questões acima expostas, com destaque para:

a) falta de transparência na aplicação dos recursos provenientes dos royalties do petróleo, especialmente com sua exclusão do gasto constitucional com Educação;
b) da falta de transparência na renúncia de receita de R$ 286 bilhões entre 2008 a 2021 e da necessidade do fim do sigilo fiscal visto que o Mandado de Segurança nº0061060-13.2016.8.19.0000 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ)12 determinou que o governo estadual prestasse esclarecimentos sobre a relação das empresas que obtiveram benefícios fiscais nos últimos dez anos. Na decisão, o

desembargador responsável assegura que a medida pleiteada não quebra o sigilo fiscal previsto no Código Tributário Nacional.

c) da necessidade de Lei específica para concessão de desoneração da receita e da ilegalidade de se fazer renuncia de receita por decreto, mas por lei especifica. Lembrando que existem 80 atos oficiais de renúncia de receita que não foram homologados pelo Confaz, que segundo o Tribunal de contas representa uma ilegalidade. Além disto, a decreto com mais de vinte anos de vigência. O próprio Ministério Público de contas aponta que a "concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS por Decreto do Governador, sem trâmite pelo Poder Legislativo e edição de lei específica, em descordo com o art. 150, §6º, da Constituição Federal e art. 163, §6º da Constituição Estadual".

d) da falta de apontar quais medidas de compensação serão realizadas devido a renuncia de receita, além de informar os benefícios gerados para a sociedade, como empregos gerados.

e) a necessidade de se compatibilizar os valores de renuncia de receita previstos na LDO que são maiores do que os que constam da Lei Orçamentária.

f) Ilegalidade dos artigos 22 e 23 da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 que trata da renúncia de receita do ICMS e das isenções fiscais concedidas utilizando estes dispositivos irregularres.

. j) impropriedades na abertura de créditos no total R$ 51,1 bilhões 20,9% da receita prevista, em virtude do desrespeito ao princípio da responsabilidade na gestão fiscal (artigo 1º, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000) e às orientações contidas nos Comunicados SDG nº 29/2010 e nº 32/2015"

K) Analise da Diretoria de Contas do Governador aponta que para 2016, metade das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas não foram cumpridas, mostrando total desrespeito do poder Executivo as determinações deste órgão.Somente este ponto mostra o descalabro da gestão estadual que justifica a rejeição das contas do governador, como aponta o Ministério Público de Contas .

L) a responsabilidade do governo estadual pela não aplicação dos 30% em educação, sendo que excluindo os gastos com aposentadoria, como compreende a Procuradoria da República que no exercício em analise representou a não aplicação de R$ 10,6 bilhões neste exercício e entre 2007 a 2020 esta quantia chegou a R$ 112 bilhões;

M) o MP de contas reconheceu que não foram aplicados recursos no FUNDEB visto que "após a exclusão de gastos com inativos e pensionistas, verificou-se a aplicação de apenas 82,43% dos recursos do FUNDEB, em ofensa ao art. 21 da Lei 11.494/2007 e à jurisprudência consolidada deste Tribunal de Contas". Esta diferença foi de R$ 3,72 bilhões que deixaram de ser aplicados em 2021. E para 2019, o quadro é de total irregularidade visto que previdenciários e com APMs, recusado pela Assessoria Técnico Jurídica do TCE, não se aplicou se quer 25% dos recursos de impostos como determinado pela constituição .Ante esta ilegalidade de aplicar 24,9%, a consequência lógica é a irregularidade das contas do governador.

N) Não se aplicou 70% dos recursos do Fundeb com o magistério, visto que foram contabilizados recursos com previdência e desta forma só foi aplicado o percentual de 66,33%.

O) Falta de gestão e péssimo planejamento, visto que o executivo paulista infelizmente não vem cumprindo os ciclos orçamentários no estado, basta analisarmos as últimoa leis orçamentárias e compararmos com as leis de diretrizes orçamentárias. Um exemplo é a comparação das metas previstas para execução orçamentaria de 2019 foi que 251 ações alcançaram suas metas ou 43% e no PPA 2016/19 mas 51,5%.Já para 2020 este percentual passou para 52%. Para 2021, o percentual de descumprimento de metas do PPA foi de 50%.

P) Em 2021, houve o fracasso do plano do governo paulista que trata da transparência da renúncia de receita, das seis grandes metas, somente uma foi cumprida totalmente, uma parcialmente e quatro descumpridas. Este descaso continuou em 2021, pois houve mais uma postergação da implantação do plano.

Q) O Tribunal de Contas aponta que o governo paulista não sabe e não consegue aferir quanto renúncia de receita por ano. Esta pratica que promovem a obscuridade e a falta de transparência tem de repudiadas pelo parlamento paulista.

Nosso voto é CONTRÁRIO à aprovação das contas apresentadas pelo Exmo. Governador João Doria conforme determinado relativas ao exercício econômico-financeiro de 2021, compreendendo as atividades da Administração Direta e Indireta.

DEPUTADA Márcia Lia

Líder da Bancada do PT